



A ESCRITA URBANA NOS (DES)LIMITES DO (IM)POSSÍVEL

Fábio Ramos Barbosa Filho¹

No livro *A língua inatingível*, Françoise Gadet e Michel Pêcheux empreendem um belo percurso em torno da história da lingüística. O que mais me chama atenção no texto de Gadet e Pêcheux – e é esse justamente o mote a partir do qual vou desenrolar este trabalho – são, sobretudo, os largos espaços (em) que as teorias (se) constituíram para confortar os homens frente a um trauma constitutivo na sua relação com a linguagem: o *equivoco* que sempre insiste e marca a força da *incompletude* diante da idealização de uma língua sem falhas. Incômodo milenar, constitutivo da relação homem/linguagem. Diante desse trauma, surgiram inúmeras teorias que buscaram conferir à língua a completude, a finitude, a estabilidade dos sentidos, para que se conjurasse essa falta incômoda, essa desrazão desnecessária, essa contradição insuportável. Gestos formalizantes, que buscavam a partir de uma incessante crença na essência racional e perfeita da linguagem, o entendimento mútuo entre os homens diante do que os Gadet e Pêcheux compreendem como a “tentativa de dominar ‘racionalmente’ o corpo do pensamento, com a ajuda de uma língua ideal toda poderosa” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 47).

De acordo com Gadet e Pêcheux, é na psicose que a lingüística se confronta com o seu *real*, com o impossível. O intangível da escrita psicótica se revela como um ponto em que a o imaginário de racionalidade – tendo sido a partir da premissa cartesiana (diante da figura do *bom senso*), se tornado praticamente o lugar de uma essência humana – se mostra esfacelada. Basta conferir, por exemplo, um caso de *esquizofasia*, onde há um predomínio da confusão e da incoerência e o encadeamento dos itens lexicais, com forte presença de neologismos, não obedece a nenhuma premissa racional. Trago aqui o exemplo descrito por Eurico Sampaio (*apud* PAIM, 1978): “Não é solteiro nem casado, é *sindorá*; seu pai não está vivo, é *simprizatos* e sua mãe chama-se Maria do *Silenciale*. Sabe *estrever*, tendo aprendido no *cangaieiro* do Albuquerque; tem 955 *siliniades* de idade, tendo sido trabalhador de roça em Santa Rita de Cássia, em Minas Gerais. A casa em que se encontra no momento é a *craionalia*, sendo antigamente *Palácio do Rei*; veio para aqui porque ‘lá em cima’ estava chovendo muito e ele foi obrigado a tomar um carro todo fechado e vir até aqui a fim de *enrequerer* o nosso coração. Entre nós se acha bem, está no meio dos *encompostales*; entre os doentes do Hospital tem vários amigos, os *paldieus*, com quem vive bem e daqui preferirá sair se for para um lugar onde puder entrar e sair. À noite, no entanto, não passa muito bem, pois se acha *tabulado* com uma *mansidão* no coração” (PAIM, 1978, p. 210). Fala de um *esquizofásico*, mas que poderia ser o trecho de um romance ou mesmo uma narrativa lírica. Ao lado da psicose, ponto de encontro da lingüística com o seu *real*, intervém também a poesia, “igualmente apreendida no *real*” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 63). Desrazão psicótica, devaneio poético que me direciona imediatamente à poesia de Manoel de Barros, por exemplo. É esse (des)limite entre a poesia e a

¹ Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: fabioramosbf@gmail.com



psicose que a linguística tem que renegar para poder se constituir enquanto *ciência* da linguagem. Renegando a *lalangue*, o rudimento, o ilógico, o desorganizado, que expõe a língua ao equívoco: o ponto onde a língua se choca com a história. Aí vem a intervenção teórica e coloca a língua numa relação de conforto diante do que pode ser calculado e previsto: compreendido. Creio, e vou tentar apresentar essa leitura a partir de então, que colocar em pauta, dar visibilidade a esse tipo de gesto, permite muito mais do que pensar a relação entre a escrita delirante de certas teorias lingüísticas na sua relação conflituosa com a própria subjetividade e com o político: permite dar, também, visibilidade a outros gestos que se fazem no limiar das práticas intelectuais, jurídicas e técnicas às quais darei o nome de *políticas da racionalidade*. Meu percurso, então, se faz numa busca pela compreensão, análoga à da supressão das falhas da língua, para a supressão das falhas da cidade por meio das políticas públicas urbanas, práticas compreendidas entre o técnico e o político. Acredito – e essa é a premissa que fundamenta este trabalho – que a produção do espaço (urbano) se faz na tensão entre *ordem* (o *real* da cidade) e *organização* (os procedimentos de planejamento amparados no imaginário urban(ístic)o)². Parto, então, do pressuposto de que há um impossível constitutivo no *real* e que esse impossível se manifesta na cidade de forma específica: o *real* da cidade é o *incontível*³. É essa contradição que se coloca entre o fazer técnico-administrativo diante de um *real* que não se deixa refrear que dá à cidade o seu contorno e a sua tessitura material no embate do histórico com o político. Nesse movimento, coloco frente a frente a escrita teórica da linguística e a escrita urbana, compreendida aqui como a escrita urbanística, os gestos de ordenamento da cidade. Escritas delirantes e análogas que se encontram no mesmo lado e se defrontam com a mesma questão: se “a lingüística encontra seu *real* no ponto em que ela relaciona-se com a psicose” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 47) o urbanismo encontra o seu *real* no ponto em que ele se relaciona com o *incontível*. Dizer que a psicose é o impossível da linguagem é sustentar, conforme mencionei acima, que a fala psicótica não se encaixa em nenhuma estrutura lógica que possa ser escrita em termos teóricos. A cidade é incontível, equívoca e incompleta como a língua, e o efeito do desamparo diante do que não se pode controlar gera, igualmente, tentativas incessantes de dar unidade, dar razão e lógica a esse espaço. À medida que a cidade nos expõe à sua ordem psicótica e poética, ao lugar do possível, do contingente – à sua *ordem* - o urbanista responde com a neurose – a *organização*. Se na clínica psicanalítica o delírio do psicótico intervém justamente como tentativa de dar unidade ao *sujeito*, a escrita delirante do urbanista tenta dar unidade à *cidade*. O projeto urbanístico aparece como a imagem narcísica onde não só a cidade, mas o homem se enxerga organizado. O que me aproxima ainda mais da premissa de que *sujeito* e *espaço* se constituem ao mesmo tempo em um processo sem fim: há uma ligação material entre o corpo do sujeito e o corpo da cidade⁴.

² Sobre as noções de *ordem* e *organização* cf. Orlandi, 1999; 2007b.

³ “Entender o *real* como aquilo que não cessa de não se escrever é tratá-lo como a qualidade daquilo que resiste a uma ordem lógica, a um pensamento racional, formal, é, portanto, de uma ordem outra que o coloca na impossibilidade, que em nada tem a ver com a necessidade, e sim com a ausência, a impossibilidade do que poderíamos dizer uma escrita” (MALISKA, 2010, p. 79).

⁴ Isso se mostra tão patente que no urbanismo e nas ciências sociais aconteceu das metáforas biológicas representarem a relação do espaço urbano com o seu funcionamento: artérias, metabolismo, circulação,



O movimento analítico se produz no ir e vir do arquivo com a sua discursividade, ou seja, com a historicidade do texto. A análise do corpus é o momento em que há a relação “da materialidade da língua, com a história, com o real” (GUILHAMOU; MALDIDIER, 2010, p. 169), onde se pode observar o funcionamento da linguagem na sua base deslizante (a língua), afetada pelas contradições da história, pelo equívoco e pelo inconsciente. Diante da *opacidade do arquivo*,⁵ o procedimento analítico intervém como uma possibilidade de suspender esse efeito de transparência que o documento nos impõe e efetivar, conforme já mencionei, uma remissão às suas condições de produção justamente pelo fato de o arquivo não ser um “simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (*ibidem*, p. 162) Por ser a Análise de Discurso um procedimento de leitura que se faz na contramão de uma “semântica puramente intralingüística (ou de uma pragmática insensível às particularidades da língua)” (PÊCHEUX, 2010, p. 29) é na língua, condição material do discurso, que se opera o procedimento heurístico que dá forma e início ao próprio processo analítico: esse procedimento é a paráfrase⁶. Vou tomar, a partir desse quadro teórico, a produção do PMU como um *acontecimento* que instaura a discursividade moderna no imaginário urban(ístic)o da cidade de Campinas. Sendo o acontecimento discursivo um processo “apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (*ibidem*, p. 164) que coloca frente a frente o *real* da língua (a incompletude, o equívoco) e o *real* da história (a contradição), é nos documentos que buscamos analisar o funcionamento da escrita urbana enquanto materialidade histórica produzida pelo discurso técnico sustentada no discurso jurídico. A própria noção de *escrita* em si já nos coloca questões na medida em que a concebemos na sua filiação com o político – lugar do confronto de sentidos – e a política – lugar dos sentidos em litígio. Escrita que se faz em extensão, que deixa escorrer nas suas linhas o rastro do político, presente pelo deslize, presente pela metáfora: o ponto sintomático onde a língua se choca com a história. Escrever é dar atualidade, textualizar uma memória. E a memória se inscreve sem cessar, produzindo seus efeitos de literalidade. Isso acontece justamente porque o que na língua funciona como *pressuposto*, no discurso funciona como *pré-constuído*: um discurso anterior que volta e dá ao presente seu caráter de evidência. É, então, no questionamento do *pré-constuído* que reside a potência da análise: não deixar o óbvio persistir óbvio, suspender a evidência expondo à opacidade o que parece ser transparente.

Assim como o simples gesto de falar algo implica uma inscrição a uma rede de memória, também o desenvolvimento de um plano, de um projeto urbanístico, mexe com a própria memória urbanística e com a história do pensamento urbanístico do Brasil. Em 1934, data em que é publicado o Termo de Referência para o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, já temos mais de 40 anos de urbanismo no país. As inquietações que se colocaram para mim diante de uma primeira

digestão, patologia. A medicina, enquanto procedimento amparado no modelo biológico (paradigma de cientificidade), fornecia ao urbanismo e à sociologia instrumentos conceituais frente às questões urbana que deram condições à discursividade do “se há cura na medicina, há cura no urbanismo e nas questões sociais”.

⁵ Cf. Guilhamou e Maldidier, 2010.

⁶ Cf. Orlandi, 2007.



leitura dos documentos giravam em torno das questões “melhorar o quê?”, “melhorar por que?” e “melhorar para quem?” que estavam silenciadas nos textos. O que se colocava em relevo, saturando os sentidos da prática urbanística, era o *como* melhorar. Se em um primeiro momento das intervenções urbanas no país (principalmente no séc. XIX e no início do séc. XX) o imperativo da saúde predomina enquanto argumento fundamental para a implementação dos planos (sendo o recurso às epidemias o mote para a construção de redes de água e esgoto), a partir da idéia de que “a normalidade das funções orgânicas, físicas e mentais será desejada e alcançada para cada um e para todos, desde que cumprido um ideário cuja legitimidade é conferida pela ciência e portanto pela razão” (LAPA, 2008, p. 17-18), nos Planos de Melhoramentos o que temos é um recurso à noção de *organização*, impulsionada pelas idéias de *modernidade* e *progresso* diante de um país que começa a se industrializar e ganhar feições urbanas. O Termo de Referência [TR (1934)], documento do qual vou analisar um trecho, é um instrumento que funciona como “parte integrante do ‘contrato’ celebrado entre a instituição e o fornecedor, visando a execução de um produto”, sendo o fornecedor o Eng. Prestes Maia e a instituição a prefeitura de Campinas. Além de disciplinar “grande parte das relações entre as partes envolvidas, principalmente no que se refere aos assuntos técnicos especializados” (RUBEL, 2007, s/f) o termo de referência aponta caminhos (diretrizes) para um futuro projeto técnico (que, neste caso, é o próprio Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas). O trecho sobre o qual vou me deter, e que inscreve no material de análise as nossas observações anteriores, é o seguinte:

Ilmo. Snr. Prefeito.

1 — Na antiguidade a fundação duma cidade era uma solenidade religiosa e não se realizava antes de afirmarem os augúres que os Deuses eram propícios. Podemos fazer um paralelo: hoje é a inauguração dos estudos urbanísticos que pode ser considerada solenidade cívica, porque marca o início da vida urbana consciente e perfeitamente organizada.

(Anexo do “Termo de referência” do PMU [1934], p. 89)

Essas palavras compreendem o primeiro pronunciamento formal de do Eng. Prestes Maia, incumbido de realizar o PMU, ao prefeito da cidade de Campinas. A fala inaugural que abre o terreno das relações entre o projeto técnico (consubstanciado no Termo de Referência de 1934 e na Exposição Preliminar de 1935) e o decreto jurídico (consubstanciado no Ato de 1938). Muitas coisas me chamam a atenção nesse recorte e eu vou dar destaque a duas: *a)* a relação entre *antiguidade* e *presente*; e *b)* a relação entre *sagrado* e *civil*. Para proceder à análise, segmentei o trecho nos seguintes enunciados, divididos em duas ordens. A primeira foi “*Na antiguidade a fundação de uma cidade era solenidade religiosa*” e “*No presente a fundação dos estudos urbanísticos é uma solenidade cívica*”. Essa separação, tomada na discursividade modernista, aponta para o afastamento (progressista) que o ideal da modernidade tomava diante do passado⁷. Em primeiro lugar, não se trata mais de *fundar* cidades: se trata de organizá-las. Há uma premissa forte funcionando nesse enunciado: as cidades existem e são desorganizadas até que haja a intervenção

⁷ Basta ver nos jornais da época a reação diante da derrubada dos prédios coloniais.



urbanística. Premissa que toma forma de *palavra de salvação*⁸ no horizonte moderno: era preciso romper com o passado para instituir uma nova ordem moderna e técnica que deixava o homem cada vez mais perto da razão e do progresso. Organizar se torna preciso, necessário. Os áugures, sacerdotes da Roma antiga, apresentavam para os homens o aval divino e só sob os auspícios de sua palavra sagrada é que havia a consagração de uma decisão. No discurso modernista, representam a própria imagem do misticismo pré-moderno. Agora, chegados os estudos urbanísticos, era a vez de deixar a cargo dos representantes da razão o aval do que poderia ou não ser feito em termos de projeto de cidade. Essas relações me levaram à segunda ordem, que compreende “A fundação de uma cidade não se realizava antes que os áugures afirmassem se os deuses eram favoráveis” e “O urbanismo marca o início da vida urbana consciente e perfeitamente organizada”. Diante desses enunciados, iniciei o procedimento parafrástico: “É com o urbanismo que temos o início da vida urbana consciente” e “É com o urbanismo que temos o início da vida urbana perfeitamente organizada”, que dá a entender que “há vida urbana perfeitamente organizada por causa do urbanismo” (e que isso é positivo), logo “Se não houver urbanismo, não haverá vida urbana perfeitamente organizada porque essa é uma decorrência da existência do urbanismo” (e que isso é ruim, negativo).

De acordo com essas premissas, é a própria existência do urbanismo (“os estudos urbanísticos”) que deixa a cidade organizada. O urbanismo se coloca, desse modo, como *causa* e *condição* para a organização do espaço da cidade através de procedimentos racionais⁹, dando origem à forma “só há x porque há y”. Sendo o urbanismo (amparado na razão) o provedor da organização, é a ausência dele que deixa a cidade desorganizada. Essa tautologia subscreve o *silenciamento*¹⁰ das causas que tornam o próprio gesto planejador necessário em uma discursividade em que os problemas urbanos existem por falta de planejamento (de racionalidade), no que se produz o efeito (tautológico) de que “há organização porque há desorganização”: ou seja, “há desorganização porque falta urbanismo”. Se o urbanismo é técnico e o problema se resolve com o urbanismo, o problema é técnico. Assim como os áugures davam o aval (em nome dos Deuses) e assim a cidade poderia ser *construída*, os urbanistas (em nome da razão) dão o aval aos demais homens, e assim a cidade pode ser *melhorada*. Volto a insistir na relação crucial (constitutiva) que se estabelece entre o discurso urban(ístico) e o discurso religioso. É interessante, porque o próprio enunciado “Os estudos urbanísticos marcam o início da vida urbana consciente e perfeitamente organizada” sustenta o enunciado “há uma vida urbana consciente e perfeitamente organizada”. Mesmo nessa tentativa de rompimento com o passado, o urbanista continua se colocando no lugar do *Criador* e abrindo via para a inscrição do seu projeto em uma memória religiosa. A própria relação

⁸ Nietzsche (1998) afirma que cada época tem suas palavras de *salvação*. É interessante pensar nesses termos e nos modos como eles se sucedem: de *saúde* passamos para *razão*, *racionalidade* e *organização*. Podemos pensar que cada época *metaforiza* as suas práticas (ideológicas) em termos técnicos que lhes dariam distanciamento das questões políticas.

⁹ De modo que o documento afirma que o urbanismo não é senão “um exemplo de racionalização de toda a cidade” (EP [1935], p. 122)

¹⁰ Orlandi, 2007c.



que se sustenta quando o enunciado “*os Deuses eram favoráveis*” remete ao presente “*os urbanistas são favoráveis*” (já que são eles que permitem a instituição da racionalidade e da organização à cidade) nos coloca diante desse vínculo constitutivo justamente pelo fato de o projeto urbanístico se colocar como uma *tarefa messiânica*, em que o urbanista intervém com o projeto, mas também com a solidariedade para com os seus semelhantes. O que chama atenção é que em nenhum momento (em nenhum trecho do documento) se fala de *desorganização*, só de *organização*. Justamente, para se instituir, o urbanismo se assenta no pré-construído da organização e pressupõe a sua pertinência em um já-dito que deixa transparente a sua funcionalidade em um imaginário urban(ístic)o em que a noção de progresso requer uma racionalização de tudo. O próprio termo *melhoramento* só põe em pauta os objetos de melhora e não as motivações da melhora e dá efeito de evidência ao que pressupõe: que há algo a se melhorar. O que se pode compreender dessa análise é que o urbanismo tal como era concebido a essa época, era um instrumento de racionalização da forma e dos serviços urbanos que saturava o político no técnico por meio de uma crença no progresso. No trecho analisado, coloca-se o passado em cena para romper com ele. É nesse movimento que se assenta a força do novo, da modernidade. Nesse movimento que propus, pensar o processo de racionalização da cidade ao lado dos processos de racionalização da língua, o planejamento urbano encontra Babel, mito que remonta o desejo de unidade pela língua do mesmo jeito que o as línguas lógicas encontram a Utopia de Thomas Morus. Passos que tracejam uma mesma discursividade: há de se fazer o igual, para que nos tornemos completos. O que se vê, porém, no funcionamento da cidade em confronto com as técnicas que a tomam enquanto objeto de intervenção, é que o impossível sempre vai limitar qualquer prática administrativa. O urbanista contém e o *real* fura o projeto. Por mais que se aperte, por mais que se escreva, a cidade sempre vai se colocar deslizante, movediça – intocável – frente a qualquer gesto administrativo. O psicótico sabe disso e faz da linguagem o seu terreno, semeando a sua estrutura passível de jogo e a sua capacidade infinita de falhar: ele “faz amor com as palavras” (LECLAIRE, 1991, p.127) Enquanto o psicótico faz amor com as palavras, o urbanista não faz amor com a cidade, mas com o projeto da cidade, com o seu próprio delírio, com a sua utopia.

Referências

GADET, F; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GUILHAMOU, J; MALDIDIER, D. História e discurso. In: ORLANDI, E (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010b.

LECLAIRE, S. As palavras do psicótico. In: KATZ, C (Org.) *Psicose: uma leitura psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1991. (p. 125-144)

LEME, M. A formação do pensamento urbanístico no Brasil (1895-1965). In: _____. (Org.) *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. São Paulo: Studio Nobel; FAUSP; FUPAM, 1999. (p. 20-38)



MALISKA, M. *Entre Linguística e Psicanálise: o real como causalidade da língua em Saussure*. Curitiba: Juruá, 2010.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORLANDI, Eni. *N/O limiar da cidade*. In: Revista Rua, Campinas, número especial, p. 7-19, julho, 1999.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007a.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2007b.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2007c.

PAIM, I. *Curso de psicopatologia*. São Paulo: EDUSP, 1978.

RUBEL, J. *Termo de referência: orientações para a redação*. Instituto de terras, cartografia e geociências. Diretoria de Geociências. Versão Preliminar. Curitiba, 2007.

SZACKI, J. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.